

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	vii
NOTA DO AUTOR.....	ix
<b>CAPÍTULO I – A TEORIA GERAL DO PROCESSO .....</b>	<b>1</b>
1. TEORIA GERAL DO PROCESSO: OBJETO E PRESSUPOSTO.....	1
2. A TEORIA GERAL COMO TRONCO DOS DIFERENTES RAMOS DO PROCESSO .....	3
3. ENSINO DA DISCIPLINA .....	4
4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO .....	6
5. RELAÇÕES COM AS DEMAIS DISCIPLINAS JURÍDICAS .....	7
6. AUTORES E OBRAS FUNDAMENTAIS .....	8
<b>CAPÍTULO II – A UNIDADE PROCESSUAL .....</b>	<b>15</b>
1. CONCEPÇÃO DUALISTA .....	15
2. CONCEPÇÃO UNITÁRIA.....	16
3. EM ABONO DA UNIDADE .....	18
<b>CAPÍTULO III – CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA GERAL DO PROCESSO .....</b>	<b>21</b>
1. A TRILOGIA ESTRUTURAL DA CIÊNCIA DO PROCESSO .....	21
2. CONCEITUAÇÃO DO TRINÔMIO E DE OUTROS TERMOS DO DIREITO PROCESSUAL.....	22
2.1 <i>Jurisdição</i> .....	22
2.2 <i>Competência</i> .....	23
2.3 <i>Ação</i> .....	23
2.4 <i>Demanda</i> .....	24
2.5 <i>Interesse de agir</i> .....	24
2.6 <i>Pretensão</i> .....	25

2.7 Ação de direito material.....	26
2.8 Lide.....	26
2.9 Defesa.....	27
2.10 Exceção.....	28
2.11 Ônus.....	29
2.12 Processo.....	30
2.13 Procedimento.....	31
2.14 Atos processuais.....	32
2.15 Atos do juiz e dos tribunais.....	33
2.16 Recurso.....	35
2.17 Preclusão.....	36
2.18 Coisa julgada.....	37
<b>CAPÍTULO IV – FONTES E RAÍZES HISTÓRICAS DO DIREITO PROCESSUAL.....</b>	<b>41</b>
1. FONTES DO DIREITO PROCESSUAL.....	41
2. RAÍZES HISTÓRICAS.....	45
2.1 Origens remotas: do processo romano ao processo comum.....	45
2.2 Origens remotas: do processo visigótico ao processo ibérico.....	48
2.3 Origens próximas: do processo brasileiro no Império ao processo atual.....	49
<b>CAPÍTULO V – NATUREZA E INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL.....</b>	<b>55</b>
1. NATUREZA DA NORMA PROCESSUAL.....	55
2. INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL.....	57
<b>CAPÍTULO VI – PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO.....</b>	<b>63</b>
1. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO E PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO.....	63
2. PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO PROCESSO UNIVERSAL.....	64
3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO.....	65
4. PRINCÍPIOS INFRA-CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO.....	71

<b>CAPÍTULO VII – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO</b> .....	81
1. O DIREITO PROCESSUAL INTERTEMPORAL E SEUS TRÊS SISTEMAS.....	81
2. APLICAÇÃO DA LEI NOVA AOS PROCESSOS PENDENTES: A REGRA E SUAS EXCEÇÕES .....	83
<b>CAPÍTULO VIII – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO</b> .....	87
1. O PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE .....	87
2. A PROVA DOS FATOS OCORRIDOS EM PAÍS ESTRANGEIRO.....	89
3. COOPERAÇÃO DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS NO PLANO INTERNACIONAL .....	90
<b>CAPÍTULO IX – DA JURISDIÇÃO</b> .....	93
1. CONCEITO.....	93
2. JURISDIÇÃO UNA E JURISDIÇÃO DÚPLICE.....	95
3. SENTIDO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL .....	96
4. ESCOPO DA JURISDIÇÃO .....	97
5. JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA .....	99
6. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA JURISDIÇÃO.....	100
7. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	101
<b>CAPÍTULO X – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA</b> .....	103
1. NATUREZA JURÍDICA DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA .....	103
1.1 Doutrina jurisdicionalista.....	104
1.2 Doutrina administrativista.....	105
1.3 Críticas de Alcalá-Zamora e Couture.....	106
1.4 O pensamento de Amílcar de Castro .....	107
1.5 A tendência atual da doutrina.....	107
2. JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: CRITÉRIOS DISTINTIVOS. ....	110
3. A JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....	114
3.1 Doutrina acolhida.....	114

3.2 Denominação adotada .....	114
3.3 Casos controversos .....	116
4. TRANSFORMAÇÃO DO PROCEDIMENTO VOLUNTÁRIO EM CONTENCIOSO: REGRA DE D'ARGENTRÉE .....	119
5. OUTROS ASPECTOS DO TEMA .....	121
 <b>CAPÍTULO XI – TEORIA GERAL DA COMPETÊNCIA</b> .....	127
1. CONCEITO .....	127
2. CRITÉRIOS DETERMINATIVOS .....	130
3. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA .....	133
4. REGRAS DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL: FORO COMUM E FOROS ESPECIAIS .....	138
5. MODIFICAÇÕES DA COMPETÊNCIA: CONEXÃO E CONTINÊNCIA .....	140
6. CONTROLE DA COMPETÊNCIA .....	143
 <b>CAPÍTULO XII – DA AÇÃO</b> .....	145
1. CONCEITO .....	145
2. AÇÃO DE DIREITO PROCESSUAL E AÇÃO DE DIREITO MATERIAL .....	146
3. A AUTONOMIA DO DIREITO DE AÇÃO .....	147
4. TEORIAS SOBRE A NATUREZA DA AÇÃO .....	149
5. O EXERCÍCIO DA AÇÃO .....	154
6. O ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO .....	154
7. A TRIPARTIÇÃO LÓGICA: PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, CONDIÇÕES DA AÇÃO, MÉRITO .....	155
8. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES .....	158
9. A AÇÃO E AS AÇÕES: RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE AÇÕES NOMINADAS .....	161
 <b>CAPÍTULO XIII – DO PROCESSO</b> .....	165
1. CONCEITO .....	165
2. PROCESSO JUDICIAL E PROCESSO ADMINISTRATIVO .....	166
3. PROCESSO INTERSUBJETIVO E PROCESSO COLETIVO .....	167
4. PROCESSO ENTRE PARTES E PROCESSO OBJETIVO .....	170
5. PROCESSO NO SISTEMA ARBITRAL .....	171
6. PROCESSO JUDICIAL: NATUREZA JURÍDICA .....	172

7. SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL – VÍNCULOS QUE ENTRE ELLES SE ESTABELECEM .....	177
<b>CAPÍTULO XIV – DO PROCEDIMENTO</b> .....	183
1. CONCEITO.....	183
2. TIPOS DE PROCEDIMENTO.....	185
3. FASES DO PROCEDIMENTO.....	188
4. COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE PROCEDIMENTOS .....	189
<b>CAPÍTULO XV – TEORIA GERAL DA PROVA</b> .....	193
1. CONCEITO, SEDE NORMATIVA E CAMPO DE ESTUDO. O DIREITO À PROVA.....	193
2. OBJETO; FATOS EXCLUÍDOS DA PRODUÇÃO DE PROVA. FATOS NOTÓRIOS E MÁXIMAS DA EXPERIÊNCIA .....	196
3. VEROSSIMILHANÇA, PROBABILIDADE E CERTEZA.....	199
4. CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS .....	201
5. MEIOS DE PROVA .....	207
6. ÔNUS DA PROVA. ANTECIPAÇÃO DA PROVA. ....	211
7. VALORAÇÃO DA PROVA .....	214
<b>CAPÍTULO XVI – TEORIA GERAL DAS NULIDADES PROCESSUAIS</b> .....	217
1. EXISTÊNCIA, EFICÁCIA E VALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS	217
2. VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS: AS NULIDADES .....	220
3. PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM O RECONHECIMENTO DAS NULIDADES .....	226
3.1 <i>Presunção de regularidade</i> .....	226
3.2 <i>Aproveitamento dos atos defeituosos</i> .....	226
3.3 <i>Interesse na argüição</i> .....	226
3.4 <i>Instrumentalidade das formas</i> .....	226
3.5 <i>Existência de prejuízo</i> .....	226
3.6 <i>Causalidade</i> .....	227
3.7 <i>Conservação</i> .....	227
3.8 <i>Convalidação do vício</i> .....	227
3.9 <i>Preclusão das nulidades relativas</i> .....	227
3.10 <i>Interpretação estrita</i> .....	228

4. CONSEQUÊNCIAS QUE DERIVAM DA IMPERFEIÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	228
5. AS NULIDADES E A COISA JULGADA; SITUAÇÕES SUPERVENIENTES .....	229
<b>CAPÍTULO XVII – O ADVOGADO .....</b>	<b>231</b>
1. O ADVOGADO E O <i>JUS POSTULANDI</i> .....	231
2. O ADVOGADO COMO REPRESENTANTE DA PARTE OU COMO DEFENSOR DO ACUSADO .....	235
3. O MANDATO JUDICIAL.....	235
4. CONDUTA ÉTICA DO ADVOGADO E SUAS IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS.....	238
5. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO.....	240
6. A ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.....	243
<b>CAPÍTULO XVIII – O MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>247</b>
1. A INSTITUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	247
2. ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO.....	250
3. FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	252
4. O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO PARTE.....	254
5. O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA LEI.....	257
6. OUTRAS FUNÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	259
<b>CAPÍTULO XIX – A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA.....</b>	<b>261</b>
1. ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: SISTEMA DUALISTA .....	261
2. JURISDIÇÃO UNA: O MONOPÓLIO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL.....	263
3. OS MAGISTRADOS: CARREIRA; GARANTIAS; LIMITAÇÕES; DISCIPLINA.....	264
4. AUTOGOVERNO DA MAGISTRATURA .....	268
5. ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O JUDICIÁRIO: JUÍZES E TRIBUNAIS .....	268
5.1 <i>Justiça comum e Justiças especiais</i> .....	268
5.2 <i>Justiça Federal comum e Justiça Estadual ou local</i> .....	269
5.3 <i>Justiças especiais: ramos correspondentes</i> .....	270
5.3.1 <i>Justiça do Trabalho</i> .....	270
5.3.2 <i>Justiça Eleitoral</i> .....	273

5.3.3 Justiça Militar.....	274
5.4 Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.....	274
6. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	276
7. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: A DEFENSORIA PÚBLICA.....	280
8. ÓRGÃOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	281
9. ORGANOGRAMA DO PODER JUDICIÁRIO.....	284

## **CAPÍTULO XX – JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL..... 287**

1. A JUSTIÇA FEDERAL E A JUSTIÇA ESTADUAL NO SISTEMA DUALISTA. ESTRUTURA DOS RESPECTIVOS ÓRGÃOS.....	287
2. A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL: CARÁTER RESIDUAL.....	291
3. A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL: CRITÉRIOS DETERMINATIVOS.....	292

## **CAPÍTULOS COMPLEMENTARES**

### **CAPÍTULO I – O PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E A TEORIA GERAL DO PROCESSO ..... 301**

1. A CODIFICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL: UNIFORMIDADE DE TRATAMENTO.....	301
2. O PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: LINHAS GERAIS.....	303
3. ALGUMAS DISPOSIÇÕES DO PROJETO: AFINIDADES COM DISPOSIÇÕES ANÁLOGAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	305

### **CAPÍTULO II – OS VALORES CELERIDADE PROCESSUAL E SEGURANÇA JURÍDICA NO PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 309**

1. INTRODUÇÃO.....	309
2. O VALOR CELERIDADE PROCESSUAL: NORMAS TENDENTES A CONSAGRÁ-LO; PONDERAÇÕES NECESSÁRIAS.....	311
3. O VALOR SEGURANÇA JURÍDICA : LOUVÁVEIS INOVAÇÕES E UMA PREOCUPANTE AMEAÇA.....	317
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	322

BIBLIOGRAFIA.....	323
-------------------	-----